



Constituinte entra na fase da demagogia

Ausência de partidos faz prevalecer o interesse de cada um

Villas-Bôas Corrêa

A Constituinte inaugurou com as últimas votações do segundo substitutivo do relator, deputado Bernardo Cabral, na Comissão de Sistematização, a sua terceira fase caracterizada pela instabilidade dos acordos entre grupos, pela total falência de partidos e lideranças, a fluidez dos confrontos ideológicos e a mancha da mais desenfreada demagogia.

Como não há qualquer sinal de que a tendência se altere nas rodadas finais e decisivas de votações no plenário, a futura Constituição, cada vez mais, se dissolve na imprevisibilidade. Dela tudo ou nada se pode esperar, dependendo das circunstâncias que determinem os acertos entre os parlamentares, inspirados no interesse de cada um e nas preocupações com a sobrevivência política.

Modelo Tancredo — Não era isso o que se esperava da Constituinte das esperanças de consolidação das reivindicações populares, como fecho de um longo e sofrido processo de mudanças, frustrado pela adversidade, pelas tramas do destino e por culpa das hesitações de lideranças e partidos.

No modelo inicial armado pela legendária competência política de Tancredo Neves, a Constituinte deveria comportar-se enquadrada no esquema ortodoxo, com uma definição nítida da maioria, o espaço menor reservado à oposição quase que simbólica e um comando firme que, baixando na escala da hierarquia, reconhecesse a palavra final e a orientação da presidência, escoando pelos canais partidários da Aliança Democrática.

Tancredo sonhou com a Constituinte moldada pelo consenso forjado nas ruas, chave popular da transição. Os resultados

esmagadores da sua vitória no Colégio Eleitoral desmontado pela pressão das praças e das ruas, pelo clamor dos comícios gigantes da campanha das diretas antecipavam a eleição, em 1986, de uma Constituinte ocupada por inédita maioria governista.

O ministério por ele armado e que aí está com alguns retoques, no seu gigantismo, na preocupação abrangente de não deixar ninguém de fora, espelha as pretensões de consolidar o consenso num esquema que garantisse solidez e tranqüilidade ao governo para enfrentar a crise econômica e o desafio à vista da Constituinte.

Herdou o presidente José Sarney o ministério inflacionado do consenso e um Congresso virtualmente unânime, com insignificante, embora, como de hábito, bulhenta oposição. E tentou cultivar o legado. Depois das turbulências da aceitação, Sarney restaurou o consenso com a mágica do Cruzado e conduziu o PMDB pela mão da sua popularidade recordista à vitória nas eleições de 15 de novembro de 1986. O PMDB foi o grande beneficiário eleitoral do Cruzado, a legenda que emplacou o consenso à custa das desventuras eleitorais do PFL, o detestado parceiro da Aliança.

Mas, se o consenso definiu o perfil da Constituinte, com o PMDB esbanjando maioria, ele não chegou nem mesmo à instalação dos trabalhos da Assembléia. O sonho de Tancredo, ninado pelo congelamento de preços esfumou-se na sacudida do pesadelo do Cruzado II, cinco dias depois da enxurrada de votos entupirem as urnas e antes que se concluisse a contagem.

A Constituinte não chegou a testar a receita de Tancredo e que Sarney buscou seguir. Já se instalou nas turbulências da segunda fase.

Na primeira hora, na perplexidade da virada da opinião pública, da queda dos índices de popularidade do presidente Sarney, a Constituinte desarrumou-se. O PMDB comandou a debandada e foi escapando de compromissos e responsabilidades

para salvar a ficção da unidade da legenda. Se o presidente Sarney perdera as condições de liderança e arbitragem, recuando da intenção de encaminhar o anteprojeto constitucional elaborado pela comissão de sábios presidida pelo senador Afonso Arinos, o PMDB seguiu o rumo em disparada para a fuga. O partido majoritário não tem posição firmada sobre nenhum dos temas constitucionais, não bancou um anteprojeto que ordenasse debate e votação. Escapuliu, brandindo subterfúgios e desculpas, abandonando a Constituinte na orfandade, entregue à própria sorte. O regimento interno, aprovado com os votos do PMDB consagra a tática do escapismo, sob disfarces insinceros. O PMDB cedia à pressão do assembleísmo e escancarou porteiras à demagogia.

A futura Constituição seria montada a partir do nada, com a colagem das propostas da sociedade, encaminhadas através do leque das 24 subcomissões e na ilusão perversa das emendas populares.

E foi o que se viu antes que acabasse em nova e maldosa decepção. O monstro do anteprojeto inicial da Comissão de Sistematização mereceu a repulsa alarmada do país. A colaboração popular recolhida pela Constituinte foi varrida para o lixo.

Mas, em lance paralelo, a Constituinte improvisou, aos trancos e solavancos, tropeçando na necessidade, uma arrumação que substituiu a clássica contradição partidária. Sem liderança e sem partido, com o PMDB omissivo e o dr Ulysses Guimarães assoberbado pelas múltiplas presidências, a Constituinte, na segunda fase, procurou uma acomodação superpartidária, na demarcação de limites ideológicos. Toda a expectativa refez os seus cálculos e buscou antever a provável divisão do plenário para os confrontos decisivos da etapa derradeira. Os blocos, grupos acima dos partidos foram a marca da recomposição do plenário, em cadência firme para a bipolarização: centro de um lado, esquerdas do outro. Pois também não deu certo ou não aconteceu.

O confronto perdeu a graça

talvez seja um pouco cedo para afirmações peremptórias. Mas o que a breve perspectiva de uma Constituinte rachada ideologicamente iniciou foi uma tal superioridade numérica do centro que o confronto perdeu a graça. Desfez-se, ante a constatação matemática da evidência, o receio conservador de uma Constituição dominada por uma esquerda crescente muito mais organizada e atuante, com a ajuda da pressão das pontas da sociedade mobilizada pelas suas entidades representativas.

Os números não mentem. Dos 559 constituintes, a esquerda nunca conseguiu agrupar mais de 100. E com a vantagem de quatro a um, a briga perdeu a graça.

Não foi só. Na medida em que o centro perdia os estímulos para fechar-se no radicalismo de uma posição de combate, a Comissão de Sistematização, como preliminar do plenário, ia ensinando a todos as vantagens do entendimento. Sem acordo a Constituição não sai, empacada na intransigência, atolada no regimento interno do assembleísmo.

A Constituinte foi deslizando para a terceira fase, para a atual: Sob o signo das contradições. De um lado, a desmobilização ideológica afasta, por ora, o risco de a radicalização desembocar em uma Constituição definida pela maioria rançosamente conservadora.

Mas é evidente que a Constituinte vai pagar um alto preço por tantos equívocos empilhados no seu caminho. Pela inviabilidade política do modelo consensual de Tancredo Neves, com o governo das mudanças comandando a maioria. Pela saída demagógica do regimento interno, dispensando o PMDB de correr o risco de propor um anteprojeto com as responsabilidades de legenda majoritária. Pela fragilidade política da Presidência da República, arquivando o ante-projeto da comissão Arinos e não providenciando nenhum outro.

Acima de tudo, pela desordem partidária, pela superação das lideranças. Quer dizer: a Constituinte não está seguindo a experiência histórica de uma negociação entre partidos.

A matroca, para salvar-se, improvisou a arrumação ideológica. A disparidade de forças não

estimulou o racha do plenário na banda de lá e na de cá.

Solta, livre, caótica, a Constituinte encaminha-se para o gargalo das votações decisivas. A maioria centrista perdeu o medo da esquerda e com ela se compõe, na dança maluca que altera ritmos. Cada votação registra um acerto de circunstância. Um nada tem a ver com o outro. Pequenos blocos se mesclam nas combinações mais estapafúrdias. Nenhum compromisso com partidos ou com a coerência. Cada um cuida de si, do seu futuro eleitoral, da sua imagem. Ninguém quer pousar de reacionário.

Ora, uma Constituinte sem amarras nem âncoras está sendo trabalhada por duas inspirações superpostas. A necessidade do entendimento aguça os acertos entre contrários. Como os senadores e deputados não devem obediência a partidos ou chefias, cada um se comporta como aconselham os seus interesses imediatos. E que, com frequência, são os da demagogia. Na reta final, a Constituinte dispara no estouro da demagogia do salve-se quem puder.

Sistematização votará hoje tempo de mandato municipal

BRASÍLIA — A Comissão de Sistematização determinará hoje o tamanho do mandato dos prefeitos, quando votar o capítulo referente aos municípios. O substitutivo do relator Bernardo Cabral diminui o mandato de seis para quatro anos, mantém a eleição até 45 dias antes do término da gestão do antecessor e determina a posse para o dia 1º de janeiro do ano subsequente.

O texto do relator prevê ainda que, para eleição de prefeito, serão aplicadas as mesmas regras previstas para eleição de presidente da República e governadores (eleição em dois turnos, sendo o segundo pela via indireta, através do Congresso Nacional para escolha do presidente, no caso dos governadores, Assembléia Legislativa, e de prefeitos, Câmaras Municipais).

Para restabelecer a eleição direta nos dois turnos, a Comissão de Sistematização, já com a concordância do relator Bernardo Cabral, pretende fazer prevalecer o primeiro texto elaborado, e não o atual. No sábado, a Comissão aprovou que as regras para eleição de presidente serão aplicadas também

Deputado propõe fim da Comissão

BELO HORIZONTE — Ao desmentir ontem que é o recordista em ausência, na Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, o deputado Ziza Valadares — que não é membro titular, mas 25º suplente do PMDB na comissão — propôs a extinção da comissão, "que está entediando a maioria dos constituintes, pois não têm o que votar". O deputado argumentou ser melhor a transferência das matérias para o plenário, "onde todos poderão participar".

Ziza Valadares critica a Comissão de Sistematização por reunir, entre seus 96 membros, "70% de deputados antigos, enquanto na Constituinte eles são apenas 30%". O deputado garantiu que tem

para os governadores, o que garante os mesmos princípios para os pleitos estadual e municipal.

No segundo substitutivo, que está sendo votado, o relator modificou o texto e incorporou o segundo escrutínio pela via indireta, mas agora, diante das reações de protesto, o próprio Cabral aceitou votar, junto com as demais lideranças políticas, preferência para o primeiro texto, que consagra a eleição direta nos dois turnos.

Quatro anos — Atualmente, pela Constituição, o mandato dos prefeitos é de seis anos, ou seja, os prefeitos eleitos em 82 e que tomaram posse em 1 de janeiro de 83 terminarão a gestão em 1 de janeiro de 1989. A exceção são os prefeitos das capitais eleitos em 85 que têm apenas três anos de mandato, terminando também em 1 de janeiro de 1989.

A partir daí, se for aprovado o texto do deputado Bernardo Cabral, o mandato de todos os prefeitos será de quatro anos, bem como o mandato dos vereadores, já que o substitutivo prevê eleição de prefeitos e vereadores de forma simultânea, mediante eleição direta em todo o país.

participado da maior parte das reuniões, mas em poucas tem tido direito a voto.

No primeiro capítulo em discussão, o dos Direitos Sociais, eu era o 17º suplente do PMDB. Acompanhei, sentado, intermináveis discussões importantes sobre jornada de trabalho e estabilidade. Todos os titulares participavam, mas, no momento em que vinham as questões sem importância, os titulares saíam e ficavam os suplentes.

Ziza passou agora a 25º suplente, no sistema de rodízio estabelecido pela bancada.

Ele garante que todas as terças-feiras embarca para Brasília, no primeiro voo, retornando na sexta-feira. Os finais de semana, Ziza dedica à sua campanha para a prefeitura de Belo Horizonte.

Pesquisa indica que povo descrê dos constituintes

SÃO PAULO — A maioria dos paulistas — 62% — acompanha com grande interesse, pelos meios de comunicação, as atividades da Assembléia Nacional Constituinte, mas não tem boa impressão do trabalho dos constituintes — conforme pesquisa de opinião pública realizada pelo Instituto Gallup, a ser publicada no segundo número da revista *Imprensa* que estará amanhã nas bancas.

Ouvidas 1 mil e 41 pessoas entre 3 e 5 de outubro, de diversos segmentos sociais e diferentes faixas etárias, a pesquisa indica que 28% dos paulistas consideram a Constituinte preocupada apenas com os "interesses" dos políticos; 21% apontam como "confusas" as propostas por ela apresentadas; 20% vêem-na como "indecisa"; e só 17% acreditam que a Assembléia Nacional Constituinte está realmente "preocupada com os interesses do povo".

O deputado Ulysses Guimarães (SP), presidente da Câmara, da Constituinte, e do PMDB, é a figura mais conhecida da Assembléia; 46% dos entrevistados sabem que ele é o presidente da Constituinte, enquanto apenas 15% dos paulistas identificam o segundo homem em ordem de importância na Assembléia seu relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Ulysses é ainda a personalidade brasileira que, segundo a pesquisa, mais influenciará a Constituinte. A pergunta do Gallup, sobre "quem vai influenciar mais as decisões da Constituinte", 26% responderam que será ele; 19% apontaram os deputados e senadores em conjunto; 16% o presidente José Sarney; 15% os partidos políticos; e 13% os militares.

Um lobby das elites e que encontra grande respaldo nos meios de comunicação é o responsável pelo descrédito da Assembléia Nacional Constituinte", acusa o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), ao contestar as acusações de que os trabalhos se desenvolvem morosamente e os parlamentares legislam em causa própria.